

ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de passar para o horário de Breves Comunicações, esta Presidência quer registrar a presença do prefeito de Joaçaba, Rafael Laske, popular Mamão, e do sr. Francisco Moreira Lopes, presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba. Sejam bem-vindos a este Parlamento.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero também cumprimentar o prefeito de Joaçaba, os vereadores e lideranças daquele município e

registrar a presença do vice-prefeito de Santa Terezinha, o Juvenal, acompanhado da vereadora Lúcia Helena. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Padre Baldissera) - Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Renato Hinnig, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc, telespectadores da TVAL, vou rapidamente ainda mencionar a questão que tenho debatido nos últimos dias sobre o aumento do ITBI e IPTU em Florianópolis.

Ontem tivemos a decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo a liminar que a prefeitura havia conquistado. Acontece que isso vem, mais uma vez, demonstrar que temos razão da argumentação que estamos fazendo, de que a prefeitura não ouviu a sociedade e as suas entidades representativas, tampouco cumpriu com a legislação municipal que prevê que tenha que passar por um conselho composto por essas entidades para qualquer aumento na planta de valores genéricos. E agora um imbróglio jurídico vai restar para a prefeitura e para os contribuintes de Florianópolis.

Era esse o meu registro e quero agora tratar de outro assunto.

Peço à assessoria da mesa que coloque o áudio.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Esse é um alerta que o Sintraturb está fazendo para a população de Florianópolis e que eu compartilho, pois tenho preocupação em relação à solução da mobilidade urbana para a Grande Florianópolis. Uma licitação somente do transporte coletivo do município de Florianópolis, em minha opinião, vai impactar ou vai postergar uma solução metropolitana por mais 20 anos.

No momento em que o governo do estado contratou um estudo sobre essa questão da mobilidade urbana envolvendo toda a região da Grande Florianópolis.

No momento em que o governo do estado está analisando um PMI recebeu duas propostas de

implantação de transporte coletivo de massa que trazem, sim, uma solução de transporte para a região metropolitana.

A prefeitura, mais uma vez, em minha opinião, está apressando um processo que deveria ter um pouco de calma para resolver, porque não podemos analisar só a questão de Florianópolis, mas a questão da mobilidade urbana na região metropolitana.

Essa é uma grande preocupação que tenho e não estou falando sozinho. Até solicito novamente à assessoria da mesa que mostre outra reportagem que foi feita por uma rede de televisão e assistimos a depoimentos dos dois lados que mostram a preocupação e que a licitação atual não vai resolver sequer o problema do transporte coletivo de Florianópolis, quiçá da região metropolitana!

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Procede-se à execução do vídeo.)

Portanto, srs. deputados e prefeito Cesar Souza, não é uma opinião apenas deste deputado. Essa opinião aqui está sintetizada pelo Sintraturb - Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo - e também pelo Setuf - Sindicato Patronal - que vai operar o sistema pelo consórcio que se apresentou.

Portanto, esse assunto precisa ser discutido melhor. E vou protocolar aqui na Casa o pedido de uma audiência pública para discutirmos de forma mais ampla essa solução para o transporte coletivo na região metropolitana da Grande Florianópolis, pois a população precisa saber exatamente o que vamos fazer. E a solução, quando for implementada, tem que resolver o problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou falar sobre o atraso no pagamento aos hospitais que atendem pelo SUS em Santa Catarina.

Na verdade, esse atraso é inaceitável e injusto, usando duas palavrinhas educadas e condizentes. Esse atraso está ocorrendo desde novembro aos hospitais que recebem recursos através do Fundo Estadual de Saúde, do governo do estado. E por quê? É por falta de verbas, como geralmente costuma acontecer? Não! Não faltam recursos financeiros. Os recursos do governo federal, do ministério da Saúde, relativos a esse pagamento estão religiosamente em dia.

Agora por que o Fundo Estadual de Saúde não paga? Não paga porque o governo do estado de Santa Catarina continua com a posição de intransigência, de teimosia e ilegal de não reconhecer a autonomia do Fundo Estadual de Saúde, porque tudo depende e passa primeiro pela decisão, pelos encaminhamentos do comitê gestor do estado. E, portanto, contrariando a Lei Orgânica da Saúde, a Lei n. 8080, a Lei Complementar n. 141, de 2012, e toda a legislação do SUS.

No ano passado, a nossa comissão de Saúde chamou em audiência pública, nesta Casa, a secretaria Estadual de Saúde e a secretaria da Fazenda, justamente para alertá-los e chamá-los atenção nesse aspecto ilegal como está sendo encaminhado esse assunto no âmbito do estado. Infelizmente, ambas as secretarias mandaram os seus prepostos, porque os titulares não compareceram - nem o titular da Saúde nem o titular da Fazenda -, mas o debate na audiência pública foi feito.

E na audiência da nossa comissão que foi proposta pelo deputado Jorge Teixeira, desta Casa, que é membro da comissão de Saúde, audiência alertamos, não somente alertamos, mais do que alertamos, porque o que adianta alertarmos, nós conclamamos, nós pedimos, à secretaria da Fazenda, que tem a titularidade principal no comando deste comitê gestor e, diga-se de passagem, comitê gestor que a secretaria da Saúde não faz parte, então, não reconhece essa autonomia, isto é, não concede essa autonomia...

Todos sabemos que na gestão da saúde em Santa Catarina temos em torno de 22, 23 municípios que

têm gestão plena. Município que tem a gestão plena no SUS, da saúde, recebe os recursos diretamente do Fundo Nacional - Itajaí, Florianópolis.

Os recursos vêm diretamente do Fundo Nacional de Saúde, ministério da Saúde, para o Fundo Municipal. E o Fundo Municipal procede aos pagamentos, com toda autonomia que tem para gerenciar esses recursos.

Por exemplo, na cidade de Itajaí, no Hospital Marieta Konder Bornhausen, quem paga é a secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, que recebe os recursos do Fundo Nacional do ministério da Saúde. E assim vale para todo o estado.

Com certeza lá em Chapecó, que é gestão plena, os recursos vêm do Fundo Nacional para o Fundo Municipal, e a secretaria Municipal de Saúde da cidade procede ao pagamento do Hospital Regional de Chapecó ou de outros hospitais de sua competência. Os municípios que não estão em gestão plena, que são a grande maioria dos quase 300 municípios catarinenses...

Então, nos hospitais que estão na área de abrangência de cada um desses municípios o Fundo Nacional de Saúde repassa os recursos não para o Fundo Municipal, mas para o Fundo Estadual de Saúde, e o Fundo Estadual paga o hospital.

Estou dando um exemplo aqui - e acompanhei esse debate pela *internet*, pelo *facebook*, e por outros meios da mídia social - justamente em função do hospital de Camboriú, não de Balneário Camboriú, que tem gestão plena.

Então, o Hospital Ruth Cardoso ou o antigo Hospital Santa Inês, que está para abrir, se os recursos vierem, vêm direto do ministério da Saúde, do Fundo Nacional para o Fundo Municipal. Mas em Camboriú, que não é gestão plena, tem o hospital de Camboriú, os recursos dos pacientes que foram internados, que foram operados, que vêm do Fundo Nacional para o Fundo Estadual. E o Fundo Estadual tem que pagar os médicos, os procedimentos dos hospitais, os profissionais, através do repasse do Fundo Estadual. Mas exatamente por essa intransigência do Comitê Gestor de Santa Catarina, do governo do estado,

que não concede essa autonomia, que não reconhece essa autonomia ao Fundo Estadual de Saúde, os recursos estão parados no Fundo. Vieram do Fundo Nacional, do Ministério da Saúde, do governo federal, e estão parados no Fundo Estadual, porque não há ordem para o pagamento, não há liberação, não há decisão. E parece-me que o Conselho Gestor só permite o reinício de pagamentos em 2014, a partir do dia 18 de fevereiro.

Então, até o dia 18 de fevereiro os hospitais vão ficar esperando? Esses hospitais que já têm dificuldades, já recebem menos do que deveriam pela defasagem que existe. E todos os profissionais que prestaram os serviços como ficam? Estou citando um exemplo, que é o hospital de Camboriú, pois estão desde novembro sem receber. E é muito provável que todos os demais hospitais em Santa Catarina estão na mesma situação, uma vez que não estejam aqueles que não estão dependentes de gestão plenas municipais.

Por isso, volto a fazer aqui um apelo ao governo do estado, porque essa decisão compete especialmente ao sr. governador e ao conselho gestor que solucionem essa questão o mais rápido possível. E faço esse apelo ao sr. governador Raimundo Colombo em nome da saúde pública, do SUS, dos hospitais de Santa Catarina e, em última instância, em nome da população, porque a corda sempre arrebenta do lado mais fraco. Se os recursos não estão sendo repassados aos hospitais que não pagam os profissionais, isso gera uma insatisfação para o médico atender, para o hospital atender, e os problemas se agravam.

Exatamente numa época de final de ano, desde novembro, os recursos não estão sendo repassados. Então, estamos falando de dezembro, quando os encargos aumentam, há as responsabilidades trabalhistas, sociais, de pagamentos de salários e de 13º, de férias, de muito mais, e isso tudo acaba então criando uma situação muito mais difícil para os hospitais.

Portanto, é bom dizer que não é por falta de verbas. O governo federal está em dia com os

repasses, é apenas uma burocracia inaceitável, intransigente, do governo do estado. E espero que se resolva isso administrativamente no bom encaminhamento e que não se precise encaminhar através de decisões judiciais para restabelecer essa autonomia do Fundo Estadual de Saúde em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente, meu colega, deputado Padre Pedro Baldissera.

Quero cumprimentar todos que nos acompanham aqui na Casa pela TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e também as lideranças que estão aqui no evento da Fecam, prefeitos e vice-prefeitos, e em especial o companheiro Juvenal, nosso vice-prefeito de Santa Terezinha, que no dia 28 estará assumindo o governo municipal. Pela primeira vez na história o nosso partido assumirá no referido município.

Quero, sr. presidente, trazer a esta tribuna, nesta tarde, mais um momento delicado, pois muitos municípios vivem em função do início de uma estiagem. Estivemos nesta última segunda-feira em vários municípios do oeste, principalmente na divisa do Paraná, em municípios como Campo Êre, São Lourenço do Oeste, São Bernardino. E temos vários municípios com pedido de situação de emergência para a Defesa Civil Estadual, assim como Chapecó, Sul Brasil, Jardinópolis, Saltinho, Xavantina, Três Barras.

Neste momento estamos vivendo diferentemente de outros momentos de estiagem em nosso estado. Normalmente, essa estiagem atingia mais o oeste, o extremo oeste catarinense; hoje há estiagem até aqui no litoral.

Hoje, por exemplo, estão se reunindo lideranças do alto e médio vale do Itajaí, lideranças sindicais da Fetraf-Sul para discutir temas de perdas na agricultura familiar. E

verificamos em nossas visitas, por exemplo, lá em São Lourenço, que há propriedades com a produção de milho praticamente toda perdida.

Mais uma vez chega esse alerta para Santa Catarina, que a partir de amanhã teremos mais uma frente fria. Esperamos que isso amenize a situação.

Falei com o prefeito do município de Serra Alta sobre o transporte de água para os animais, porque muitos municípios já estão em estado de emergência.

Sempre quando começa uma estiagem ou quando o estado se encontra numa situação como esta nós pensamos: mas aqui o que foi feito?

Tivemos a última estiagem grande na safra de 2011 a 2012. Portanto, já estamos praticamente há três anos com estiagem. É verdade que temos políticas concretas de garantia para a agricultura.

Verificamos aqui que só naquele ano o seguro da agricultura familiar beneficiou os agricultores em torno de R\$1 bilhão aos três estados do sul.

Recebemos um crédito de emergência do governo federal de R\$ 1,2 bilhão que foi investido para os agricultores atingidos. Tivemos negociações que beneficiaram todo o nosso estado no valor de R\$ 30 milhões e R\$ 10 milhões. Foram comprados equipamentos, tratores, entregues neste ano para uma parte dos municípios. Além disso, tivemos mais R\$ 20 milhões para a Defesa Civil. Dez milhões para políticas imediatas, para caixas d'água e equipamentos na época.

Chamo a atenção de todos os catarinenses sobre duas situações. Quanto aos R\$ 10 milhões que foram projetados para a Defesa Civil e para a secretaria da Agricultura para construir 400 poços artesianos, estive conversando com o prefeito do município de Formosa, que me falou que foram prometidos quatro poços artesianos à sua prefeitura, mas que não chegou nada. Já completaram três anos, e o estado não deu conta de encaminhar esse projeto. O segundo projeto é que esta Casa aprovou uma emenda ao recurso que vinha para as enchentes, no valor de R\$ 60 milhões, para

o oeste catarinense, para amenizar os impactos da estiagem e construir especialmente cisternas. Inclusive, estive conversando com vários municípios e tive a informação que essas cisternas também ainda não chegaram a esses municípios.

Estamos há três anos com esse problema de falta d'água, pela demora e lentidão, por não chegarem aos municípios os postos artesianos nem os R\$ 60 milhões do BNDES a serem investidos. E o secretário da Agricultura no município de Chapecó, deputada Luciane Carminatti, anunciou novamente que terá 1.500 cisternas para o futuro. Agora, quando isso vai chegar para os agricultores não se sabe. E sabemos que foram feitas algumas cisternas no estado, mas não para aplicarem R\$ 60 milhões.

Aí recebemos muitas reivindicações dos municípios que foram atingidos, decretando estado de emergência e outros estão se reunindo. Precisamos de agilidade nas ações sobre as estiagens, porque senão vamos chegar com cinco anos e teremos novas estiagens. Está previsto para termos chuvas neste final de semana, e assim esperamos que seja amenizada essa situação. E, daqui a três anos, quatro anos, vamos começar a discutir tudo isso novamente.

Então, não pode ser assim, tem que haver mais agilidade por parte do estado nas ações emergenciais especialmente olhando para a estiagem do oeste e de todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, que muito nos honra neste momento, srs. deputadas, sras. deputadas, o ano de 2014 é um ano diferente para nós catarinenses e para o Brasil também. Por quê? Porque é um ano de eleição, e o povo deve avaliar o trabalho que o deputado realizou nesses quatro anos de mandato, a responsabilidade de cada

deputado com o estado de Santa Catarina, o rumo que tomou cada trabalho dos deputados.

E você catarinense que me escuta neste momento, a sua vida, a sua família, estão melhores neste mandato do que no mandato passado? Esse é um tema para reflexão. Reflexão que estamos fazendo para os catarinenses entenderem a importância do Parlamento, a importância da democracia, que deve ser exercida na sua plenitude. Democracia com ordem, com limites é democracia que perdura. A democracia onde todos participam faz a diferença daquilo que já aconteceu no passado. Por exemplo, hoje se comemora 50 anos de ditadura. Ditadura que na época foi exercida pelos militares, e todos nós sofremos a sua influência. A influência das coisas de cima para baixo, fazendo com que a opressão, a falta de liberdade, estivesse presente na sociedade brasileira.

Hoje, temos também opressão e falta de liberdade, mas de maneira diferente, porque o exterior ainda manda no nosso Brasil. Por exemplo, no meio ambiente, determinam as normas, as leis que regem o nosso meio ambiente. Apesar de o Brasil ter hoje as normas mais rígidas no mundo com relação ao meio ambiente. Então, temos que priorizar o meio ambiente, mas temos que priorizar também o ser humano.

Nós ontem, nesta Casa, tivemos a aprovação do Projeto de Lei n. 315/10, que tem como objetivo:

(Passa a ler.)

"Fica assegurada aos deficientes físicos a prioridade de vaga em escola pública próxima de sua residência."

Este é um projeto de lei muito importante, e eu como médico ortopedista penso no deficiente. Em Canoinhas está sendo construída a Casa do Deficiente, um investimento de R\$ 298 mil, do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, através deste deputado.

(Continua lendo.)

"Art. 1º - Fica assegurada aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial, prioridade de vaga em escola pública mais próxima de sua residência.

Art. 2º - Considera-se, para efeito desta lei, a escola pública mais próxima, aquela cuja distância da residência seja a menor ou facilite o acesso por meio de transporte coletivo.

§ 1º - Havendo dois ou mais estabelecimento de ensino próximo à residência do deficiente, caberá a este optar por qualquer uma das instituições.

§ 2º - As deficiências de que trata esta lei deverão ser comprovadas através de laudo médico emitido por instituição médico-hospitalar pública, competente para prestar tal comprovação.

Art. 3º Para efeito desta lei, considera-se deficiência todas aquelas classificadas pela Organização Mundial de Saúde, que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores ou má formação congênita.

Art. 4º Nos estabelecimentos de ensino cujo ingresso dependa de teste seletivo, os beneficiados por esta lei ficarão isentos da realização do mesmo.

Art. 5º Ficam excluídos da prioridade de que trata o art. 1º da presente lei os estabelecimentos de ensino que não possuam as condições necessárias para educação de portadores de deficiência mental e sensorial.

Art. 6º A fiscalização quanto à correta aplicação desta lei nas escolas públicas estaduais fica a cargo da secretaria de estado da Educação.

Art. 7º Caberá ao chefe do Poder Executivo estadual regulamentar esta lei, no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." [sic]

É uma lei importante para os deficientes físicos e eles serão os grandes beneficiados. Portanto, aquelas pessoas que pelo destino da vida sofreram uma alteração congênita, um problema de saúde definitivo devem ter, sim, prioridade para aprender, estudar na escola mais próxima da sua residência.

Temos certeza de que nosso estado terá momentos diferentes, pois esta lei beneficia pessoas diferentes, ou seja, os deficientes

físicos que por um motivo ou outro estão sendo prejudicados na sua vaga de escola para ser recebido pela secretaria de Educação, pelos colégios para esse importante ano letivo que se inicia.

V.Exas. podem ter certeza de que no planalto norte estamos fazendo nossa lição de casa. Em Três Barras, município vizinho de Canoinhas também há a Casa de Deficientes. E lá também colaboramos para a complementação dessa importante obra, ajudando a Casa dos Deficientes para que seja um local adequado para o desenvolvimento do conhecimento dessas pessoas, para melhor qualidade de vida, para terem um aprendizado digno frente às dificuldades que se apresentam.

Dentro de 60 ou 90 dias estaremos inaugurando a Casa do Deficiente, em Canoinhas. Esta obra é uma reivindicação antiga da Associação dos Deficientes daquele município, que está sendo realizada pela prefeitura, pelo prefeito Beto Farias, que se encontra nesta Casa, juntamente com o prefeito de Bela Vista do Toldo, Gilberto Damaso, que nos honram com sua presença. O planalto norte está presente neste momento, nesta Casa de Leis, fazendo parte do movimento da Fecam e, sem dúvida nenhuma, teremos uma grande repercussão em termos de atendimento das Apaes, com veículos, e aparelhos distribuídos pelo governo do estado, com a ajuda que está se dando hoje aos deficientes pelo governo, especialmente à Apae para os surdos e mudos.

As negociações estão sendo concluídas em Joinville para que haja uma escola especial para o atendimento e aprendizado dos surdos e mudos. Em breve estaremos iniciando e essa escola poderá possibilitar o aprendizado dos métodos necessários para que os surdos e mudos se comuniquem.

Essa comunicação deve ser feita principalmente entre eles e entre nós, que devemos dar mais atenção aos surdos e aos mudos. Eles não fazem parte do Fundo Social, e há uma lei tramitando nesta Casa, lei do deputado Antônio Aguiar, para que os surdos e mudos recebam igualmente a porcentagem do Fundo Social que as Apaes recebem.

Temos a certeza, sr. presidente, que essa Casa de Leis não se furtará em fazer com que os surdos e mudos recebam também a contribuição do Fundo Social que hoje todas as Apaes do estado de Santa Catarina recebem.

Portanto, pedimos aos nossos deputados que, ao apreciarem o nosso projeto, façam um encaminhamento para a sua aprovação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PCdoB.

Com a palavra, a sra. deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, quero apenas registrar, com muita alegria, a presença dos nossos vereadores mirins, de Balneário Camboriú, o Altair e o Jorge, acompanhados do nosso vereador Lucas Gotardo. Estiveram hoje no nosso gabinete, vieram conhecer a Assembleia Legislativa, e são jovens que acreditam em um ideal político.

Então, faço questão de registrar a presença deles porque, neste momento de descrença em muitas questões políticas, esses jovens dão um exemplo de realmente querer fazer com que a política continue sendo, sim, um instrumento de transformação das nossas vidas.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do deputado Dado Cherem, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de me congratular com os nossos vereadores mirins, é luta antiga do nosso

mandato e, de fato, é uma escola para um futuro Brasil cidadão.

Em nome deles, quero cumprimentar também o nosso popular vereador Chico, de Joaçaba, que nos visita nesta tarde, e, em seu nome, a todos aqueles prefeitos e vereadores que estão na capital nesta tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feitos os registros, com a palavra, a sra. deputada Angela Albino, que falará em nome do PCdoB, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, tenho outra pauta para falar aqui, hoje, mas aproveitando o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar, tenho convicção de que nós devemos fazer um esforço para reunir as iniciativas que vários parlamentares desta Casa estão tendo em torno das comemorações e desta reflexão que nos exige os 50 anos do Golpe Militar de 1964. Inclusive a Derlei, que é servidora desta Casa, tem um papel protagonista na Comissão de Memória e Verdade, que também está organizando ações neste sentido.

Queria fazer um apelo à Presidência, que nós pudéssemos reunir todas essas ações para que todos nós nunca deixemos de lembrar, e que nunca mais aconteça.

Sr. presidente, uso a tribuna, nestes poucos minutos que o PCdoB dispõe, para mencionar que ainda hoje fiz uma reunião com dirigentes sindicais dessas áreas, particularmente da Casan, sobre as dificuldades que o estado de Santa Catarina todo viveu em torno das rupturas, das interrupções de fornecimento de água e de luz no estado de Santa Catarina.

E numa dessas discussões sobre o que se pode fazer, como podemos ajudar, de que forma isso pode não acontecer, de que forma esse período fique como lição para que não mais aconteça, é obvio que houve uma excepcional participação climática nessa dificuldade que nós vivemos no estado de Santa Catarina, dias muitos quentes. Aliás, tivemos a boa notícia de que amanhã, quinta-feira, começa

mudar o tempo, então alivia um pouco a estiagem do interior do estado, toda escassez de água, e a imensa onda de calor que vive todo o estado de Santa Catarina.

Mas, dessa pauta que nós abordamos, sr. presidente, queria destacar aqui uma observação que um dos dirigentes, meu amigo, meu camarada Odair mencionou.

Há cerca de 20 anos a Santur, quando próximo da temporada, reunia a Segurança Pública, a Casan, Celesc, o setor hoteleiro, ainda mais amplo o setor de turismo e planejava a temporada. Mais do que isso, terminada a temporada fazia-se uma avaliação do que funcionou, do que não funcionou para planejar a próxima temporada e fazer a correção desses erros.

É claro que a alta temperatura deste ano também motivou a alta de consumo, mas o que vimos neste ano também, senhores, foi a falta de planejamento, porque a metragem cúbica, por exemplo, em Florianópolis, de água necessária para abastecer o norte da Ilha em tempo ordinário é um e em alta temporada é outro, e para dar conta dessa outra demanda é preciso planejar.

Portanto, existe o elemento da natureza, o elemento de uma condição excepcional de clima em que estamos vivendo nesta virada de ano e começo de 2014, mas há o componente de planejamento que não tem acontecido e que a Santur, através da sua ramificação e da possibilidade de discutir tanto com as pessoas que trabalham em turismo, quanto com os órgãos públicos acontecia em década atrás, mas agora não se faz mais.

Uma das propostas que estamos encaminhando é que possamos retomar este papel a partir da discussão do turismo. Somos um estado que valoriza o turismo, que valoriza o turismo como um vetor de desenvolvimento econômico, como um vetor de distribuição de renda.

Portanto, é uma possibilidade econômica para todo o povo catarinense. Mas para quem vem aqui fazer turismo é preciso que tenha minimamente água, que tenha minimamente luz, que tenha minimamente mobilidade e segurança que é o que nós

que moramos em Santa Catarina, que vivemos em Santa Catarina, hoje não temos.

Para nós, portanto, passa a ser estratégico defender o turismo como vetor econômico, mas também defender as condições de turismo para que quem aqui vive, trabalha no estado de Santa Catarina tenha condição regular durante todo o ano, inclusive, na alta temporada desenvolver a sua vida normalmente.

Portanto, um dos pontos que centramos no debate dessa situação de escassez de água e também de luz é da falta de planejamento, agravado obviamente numa condição climática específica, mas o que faltou foi planejamento. E a nossa proposta que encaminharemos ainda amanhã oficialmente é que o governo do estado resgate o papel da Santur para poder chamar todos os autores envolvidos no turismo e a partir deles preparar a temporada e evitar o que Santa Catarina viveu este ano.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(O partido desiste.)

Na desistência do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(O partido desiste.)

Na desistência do PMDB, os próximos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, tinha outro assunto para falar e creio que vou utilizar outro espaço para o assunto que gostaria de falar, deputado Silvio Dreveck, com relação ao juro zero que o Badesc abriu para os municípios. E quero ler um relatório do que já foi feito.

Mas gostaria de falar no horário do partido de um assunto que foi comentado hoje aqui pelo deputado Renato Hinnig, logo no início da sessão,

sobre a questão do transporte público, principalmente em Florianópolis, e é um tema que gosto, deputado Dado Chereim, mobilidade urbana, transporte público, pois estudei muito e foi muito debatido em Joinville durante o processo eleitoral, tendo em vista que Joinville vive um momento bastante parecido com o de Florianópolis.

Eu gostaria de fazer aqui alguns relatos em relação ao que o deputado Renato Hinnig falou e em relação à matéria que foi colocada aqui, quando foi feita a matéria e entrevistado o presidente do sindicato dos trabalhadores do sistema de transporte aqui de Florianópolis e também do patronal.

Eu quero iniciar a minha fala parabenizando o prefeito Cesar Souza, porque ele teve a coragem de fazer a primeira licitação do transporte público de Florianópolis. Parabéns pela coragem que ele e sua equipe fazem em colocar a mão, tocar, fazer agora e já anunciar o resultado. E sabe por quê? Porque Joinville passa pelo mesmo problema. Em Joinville vem sendo feito pelos governos do PMDB a renovação sem licitação das empresas de transporte coletivo, por 15 anos.

Quando veio o governo do PT não teve coragem de fazer a licitação. E agora chegou o governo Udo, que devia ter feito a licitação, porque o contrato venceu. E para minha não surpresa houve a renovação do contrato, ou seja, fazer uma licitação de transporte público hoje é um pepino do tamanho de uma horta inteira, principalmente quando se fala em fazer uma licitação onde empresas há anos a fio, através de contratos, exploram o serviço da maneira como querem.

Então, primeiro de tudo, quero aqui parabenizar o prefeito Cesar Souza que fez a licitação, colocou na rua, apareceram as empresas, foram colocados os requisitos, as formas.

Cheguei a ponto de ver que na Europa o transporte público é financiado pelo poder público em até 60% do valor das passagens. As empresas e o cidadão entram com os outros 40%. Na matéria que foi rodada aqui me chamou a atenção quando o presidente do sindicato dos trabalhadores falou

abertamente sobre a obrigatoriedade dos estudantes em Florianópolis pagarem somente a metade do preço da passagem, que é um negócio espetacular, baixar R\$ 0,10 no preço das passagens, exigir ar condicionado e ainda pessoas carentes terem o benefício. Isso só se conseguiu pela licitação.

Aí vem o presidente do sindicato na televisão e diz que os estudantes vão pagar R\$ 1,30 e que o outro R\$ 1.30 quem vai pagar é a população, enchendo os bolsos dos empresários. A forma como ele fala é um acinte à minha inteligência, porque é óbvio que alguém vai ter que pagar. Isso se chama subsídio, ou seja, enquanto o poder público não se preocupar com o subsídio das passagens, o governo federal não baixar os impostos dos lubrificantes, dos pneus, o governo estadual não baixar o ICMS do óleo diesel e as prefeituras não baixarem os impostos sobre serviços, o ISS, enquanto não houver isso, vamos ter um transporte público caro. E quanto mais caro o transporte público, mais problemas terão o nosso trânsito.

Eu costumo dizer o seguinte: pensem num ônibus lotado no horário de pico. O prefeito que não tem responsabilidade, que não pensa em subsidiar a passagem, em fazer um transporte público de qualidade, enfrentando a licitação, exigindo preço baixo, ar condicionado; o prefeito que não tem essa preocupação - como o prefeito Udo Döhler, que não fez em Joinville a licitação, e sim prorrogou -, olha aquele ônibus lotado e diz: "Estou cumprindo o meu papel"; o empresário diz: "Bom, uma viagem que dá lucro"; o vendedor de moto ou carro diz: "Estão aí clientes em potencial", e o passageiro do ônibus lotado diz: "A primeira oportunidade que tiver, saio dessa situação". Não é assim? Claro, o preço da passagem é caro, não há prefeituras que se responsabilizem de forma correta como a de Florianópolis, que fez licitação exigindo coisas que as empresas terão que fazer, sim.

E aí ouvimos o presidente do sindicato dizer que o povo é que vai pagar. Claro que vai e tinha que sair mais dinheiro da prefeitura para subsidiar a passagem, porque apenas assim teremos

como competir o transporte urbano com o carro, com o transporte individual.

Vou citar dados de Joinville, pois não sei os de Florianópolis, que vive o mesmo problema. Por dia ocorrem 35 acidentes de moto em Joinville. Esse motoqueiro provavelmente fez as contas e viu que é mais barato comprar uma moto Biz do que pagar a passagem. Mas, quando se acidenta, ele vai esperar atendimento na porta do setor de ortopedia do hospital de São José, que tem pessoas esperando há cinco anos, aliás, essas pessoas foram retiradas da lista. E, quando o cidadão vai para a mesa cirúrgica, chega outra pessoa acidentada que precisa ser atendida pela emergência.

Então, subsidiar a passagem, deixar o preço da passagem mais barato subsidiado pelo poder público é economizar o setor de traumatologia dos hospitais. Pensem nisso. Eu não podia ficar calado diante desse fato. E falam: "Mas Florianópolis não é uma ilha?" Mas o prefeito de Florianópolis não pode se preocupar com Palhoça, Biguaçu e região. Trata-se de uma questão metropolitana. Já existe a lei metropolitana, que esta Casa votou, revigorando, porque o Luiz Henrique da Silveira tinha extinguido, pois acreditava nas secretarias de desenvolvimento regional. E o governo tem que fazer valer a região metropolitana.

Agora, mais uma vez, quero parabenizar a coragem do prefeito em fazer a licitação do transporte público em Florianópolis, colocando todas essas bem feitorias para o cidadão que terá a partir de agora 10% do preço da passagem mais barato, meia passagem para estudante, preço especial para as pessoas carentes, ar condicionado. Parabéns, prefeito Cesar Souza, e aproveite para ligar para o prefeito de Joinville Udo Döhler porque a gestão dele está perdida.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Quero parabenizá-lo pela intervenção e juntar-me ao discurso do deputado Sargento Amauri Soares que nos está aplaudindo por essa perspectiva. É o que

se espera de um homem público. Tenho uma grande dívida para com o ex-deputado Cesar Souza, porque fui seu suplente e sei das suas qualidades. E há três delas que v.exa. conseguiu tipificar nessa questão do transporte coletivo e que destaco como pérolas da administração do prefeito Cesar Souza: a sua visão, determinação e competência. Esse é o caminho para um Brasil diferente.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Incorporo a sua fala ao nosso discurso. E quero mais uma vez lamentar a posição do sindicato dos trabalhadores, porque esses dias eu estava ouvindo o rádio e ouvi aquele comercial que o deputado Renato Hinnig comentou aqui, dizendo que a licitação do transporte público de Florianópolis é mais uma, não me lembro bem de como era a expressão, como se fosse uma farsa da prefeitura, como se fosse algo errado que a prefeitura estivesse fazendo.

Olha, com todo o respeito: Vocês estão querendo enganar o povo; o sindicato está querendo enganar o povo, porque o correto foi feito. Somente faz isso quem tem coragem. E quem não está entendendo isso, no mínimo, está querendo não entender ou está entendendo e querendo fazer ao contrário.

Parabéns mais uma vez!

Porto Alegre colocou um *linck* ao vivo da TV aqui de Florianópolis para entrevistar o secretário de Transporte Público de Florianópolis, para explicar aos porto-alegrenses como se faz uma licitação e como chegar uma licitação aqui reduzindo o preço da passagem, exigindo ar condicionado, exigindo piso rebaixado e outros benefícios para quem usa o transporte coletivo.

Precisamos, sim, pensar em transporte coletivo. Precisamos, sim, pensar em transporte de massa, mas o transporte coletivo precisa ser de qualidade, precisa ser de preço competitivo e de horário.

Na Espanha, sr. presidente, o cidadão que está usando o ônibus dispõe de um painel digital como este do plenário, com a temperatura, a hora e a data. Tem inclusive o horário do outro ônibus que

ele vai pegar na próxima parada. Isso é competência!

Nós já temos no Brasil aplicativos que mandam mensagens para o celular do usuário do ônibus de quantos minutos faltam para o ônibus passar no ponto dele.

Isso é tecnologia!

Isso é respeito ao cidadão.

Agora, de nada vale se não começarmos a tratar quem usa transporte coletivo não como usuário e sim como cliente. O usuário usa e cala a boca. O cliente tem que oferecer um copo de água para ele vir, porque senão ele vai.

Quando nós mudarmos essa forma de lidar com as pessoas que usam o transporte coletivo, nós vamos sim ter respeito pelo cliente e não pelo usuário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, a minha manifestação, hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores, refere-se ao fato que tem sido divulgado muito pela mídia, nos últimos dias.

(Passa a ler.)

"O fato que estampou muitas capas de jornais e foi destaque no Brasil e no mundo, infelizmente, não é uma boa notícia. A morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, faz-nos retomar a história e repensar o que é manifestar-se, livremente, em um país democrático. Por outro lado, como ações de grupos isolados podem tirar o foco de lutas legítimas, assim como essa ocorrida no Rio de Janeiro.

Quando pensamos nas lutas enfrentadas para que hoje tivéssemos a liberdade de expressar nossa opinião, de escolher os nossos representantes, os nossos deputados e governadores temos a convicção

de que essas conquistas não aconteceram da noite para o dia.

Voltamos à época em que somente a minoria tinha acesso aos livros, guardando muitos segredos, ou onde a escravidão era a lei, as terras eram distribuídas entre os nobres.

E em um passado mais recente mulher não votava, agricultores não tinham direito à aposentadoria e até mesmo onde a democracia cedia espaço para a ditadura.

Vamos imaginar o que teria acontecido se em cada um desses movimentos não houvesse líderes que tomassem a frente e empunhassem a bandeira em favor dos direitos de toda a população. Como viveríamos hoje se pessoas corajosas não fossem à rua combater a ditadura, lutar pelo direito a terra, ao alimento, ao voto e o acesso à educação?

Parte de toda essa história fica ofuscada quando vimos nossas lutas confundirem-se com fatos isolados, manchando a bandeira da democracia, dos movimentos sociais, da voz do povo nas ruas. Um profissional da comunicação se foi. Ele estava trabalhando, prestando serviço para a sociedade.

Vamos lembrar-nos de líderes, como Chico Mendes, Margarida Alves, Irmã Dorothy que perderam suas vidas defendendo causas que julgavam importantes para a construção de um mundo melhor. Eles queriam a preservação do meio ambiente, o respeito aos direitos trabalhistas, a reforma agrária, mais empregos, mas principalmente mais vida digna aos brasileiros. Suas lutas não foram em vão, embora ainda precisemos avançar e muito em cada um desses setores para alcançar a realidade tão almejada por esses representantes da nação brasileira.

A morte de Santiago Andrade também não pode ter sido em vão. Isso é o que a família espera, o que a sociedade espera, o que o Brasil espera.

Desde que as manifestações tomaram conta das ruas mais ou menos na metade do ano passado, assistimos uma caminhada pacífica em direção ao estado democrático de direito, lutando não só pelos R\$ 0,20, mas por grandes mudanças sociais.

Manifesto, neste momento, minha preocupação, pois sempre fui defensora dos movimentos sociais e das suas lutas. Defendo também a greve dos professores, dos policiais, dos agentes de saúde, dos motoristas e de todos aqueles que lutam com dignidade por melhores condições, por um salário melhor, por valorização, por acesso à educação de qualidade ou atendimento nos postos de saúde. São direitos legítimos e precisam acontecer para a construção de uma sociedade mais justa.

Porém, repudiamos qualquer ato de violência, venha de quem vier, seja da polícia, dos manifestantes, ou da população. Qualquer ato de violência precisa ser contido.

Nossas bandeiras não são mascaradas, escondidas, se queremos reduzir o valor das passagens, o fim da corrupção, mais investimento na saúde e educação, por que não mostrar a nossa cara, por que não mostrar a identidade e lutar de cara limpa, sem medo de se posicionar?

Tenho certeza que a sociedade brasileira não tem saudades da ditadura. Por isso, vamos defender sempre o direito à livre opinião e, especialmente, a liberdade de expressão da imprensa deste país.

Finalizo com uma frase do grande líder, nosso companheiro, ex-presidente da República, um grande defensor da democracia neste país: 'Não há outra via se não a via democrática. Democracia que se constrói pela participação do povo, mas também pela política. Sem a democracia, sem a participação nós temos a volta da ditadura'.

É isso, sr. presidente, que gostaria de deixar como mensagem, neste momento, onde muitas pessoas têm se posicionado contra ou favor às manifestações, esquecendo que muito do que conquistamos é resultado, sim, das mobilizações.

Mas também é preciso que se diga, e falei, ontem, especialmente nas redes sociais, que as nossas pautas, deputado Antônio Aguiar, podem ser as mais nobres, mas se os nossos métodos não forem dignos, perderemos sempre.

Então, na luta pela democracia não vale qualquer método, na luta pela democracia vale o

respeito e o amor ao ser humano. É isso que precisamos perseguir."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, muito obrigado pela compreensão dos minutos que v.exa. aguardou para eu poder me pronunciar.

Deputado Nilson Gonçalves, sabemos que v.exa. vem há muito defendendo a duplicação da BR-280 entre o trecho de Francisco do Sul e a BR-101, mas lamentavelmente o DNIT informa que foi cancelada a licitação, coisa que eu já vinha prevendo há muito tempo, até porque houve uma disputa judicial que segundo o superintendente do DNIT, sr. João José dos Santos, também lamenta o desfecho, mas acredita ele que o cancelamento é melhor do que a disputa judicial.

O fato é que o Brasil, se não partir para as concessões com mais celeridade, vai esperar mais uma década por conta dessas rodovias em que não acontecem as duplicações em função de uma série de fatores.

Na verdade, o que não tem avançado são os investimentos nesse setor por parte do governo brasileiro.

O que quero ressaltar, sr. presidente, trata-se de um assunto relevante para os municípios catarinenses. Muitos catarinenses conhecem um programa que o estado tem, chamado Prodec.

O Prodec é um programa do governo do estado que posterga o pagamento de ICMS por parte das empresas, em especial as indústrias que entram neste programa para ampliar os seus investimentos, com o objetivo de geração de emprego e novas plantas, novas empresas, que se instalam, podem vir acessar a esse programa que já existe há muitos anos.

No entanto, esse programa utiliza-se do ICMS total. Ou seja, da sua parte, que são os 75%, e dos 25% que pertencem aos municípios.

Quando fui prefeito do município de São Bento do Sul entendi e tive convicção de que não era justo o estado se utilizar desses 25% que correspondem aos municípios catarinenses que iniciaram o pagamento após 48 meses de forma parcelada. Tanto é que entrei com uma ação na Justiça em favor do município de São Bento do Sul e depois de alguns anos essa decisão foi favorável ao município.

Em 2008 fiz uma solicitação ao governo à época, para ele rever essa situação em favor dos municípios, se queremos ser chamados de municipalistas. Infelizmente, na época não tive êxito.

Quando o atual governador João Raimundo Colombo assumiu, procurei o então procurador-geral, dr. Nelson Serpa, relatei a situação que os municípios estavam sendo penalizados, em função de o estado praticar uma política de incentivo, melhor, de postergação de ICMS, mas utilizando-se do percentual que corresponde aos municípios. Já havia mais ações judiciais, inclusive individual, das prefeituras, e a própria Fecam já estava fazendo essas ações. Foi quando o secretário, após me ouvir, disse que eu estava com a razão no que estava reivindicando em favor dos municípios, mas que precisava conversar com o governador, para que fosse decidido esse assunto. E falou também que o assunto merecia atenção.

Resumindo, após oito meses, o governo do estado, João Raimundo Colombo, normatizou através do Decreto n. 0450/2011, em 18 de agosto de 2011. E a partir dessa data os municípios começaram a receber o ICMS correspondente a esses 25%, no momento da fruição, ou seja, não esperando 48 meses para começar a receber na sua conta o valor correspondente ao ICMS.

Além das ações que estão tramitando, outras foram feitas acordos, mas o fato é que isso resultou em favor dos municípios catarinenses nada menos que R\$ 233.292.736,73 milhões, no período

desses três exercícios, começando lá em agosto de 2011.

Portanto, é uma ação municipalista, não é apenas ação de se falar em discurso, mas na prática. Até porque os nossos municípios vêm passando por muitas dificuldades nos últimos anos, e quero aproveitar essa oportunidade para sugerir ao governo federal, quando faz a redução de impostos, que é válido, justa e meritória, que o faça da sua parte e não da parte dos municípios brasileiros. E aqui, em especial dos municípios catarinenses, somos a favor da redução de impostos.

Eu quero reconhecer a compreensão do secretário na época, o procurador-geral, dr. Nelson Serpa, bem como do governador Raimundo Colombo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck, assunto muito interessante que v.exa. estava falando.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

Mas depois da fala do deputado Nilson Gonçalves, temos na mesa dois requerimentos assinados por todos os líderes de partido, um assinado pelo presidente Romildo Titon e demais deputados. Então, vamos fazer a suspensão da sessão por um período de dez minutos para cada assunto, quando vamos ter a manifestação do presidente da Liga da Escola de Samba de Joaçaba e Herval d'Oeste, sr. Sergio Giacometti, acompanhado da rainha do Carnaval, e depois vamos ouvir o prefeito municipal da cidade de Joaçaba, o sr. Rafael Laske.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvi atentamente o pronunciamento da deputada Luciane Carminatti e tenho escutado posições, discussões até acaloradas sobre as manifestações que

proliferaram pelo país. E agora está fazendo 50 anos que aconteceu o golpe militar no nosso país e há inclusive iniciativas no sentido de comemorar ou pelo menos de lembrar aquele episódio.

Srs. deputados, fazendo uma reflexão sobre a questão, primeiro, quero falar sobre a ditadura militar de 1964. Na época eu tinha quatorze anos e o país estava vivendo uma verdadeira balbúrdia, ninguém entendia ninguém nesse país de norte a sul, de leste a oeste, estava tudo virado! Eu morava sozinho, era meio um menino de rua, dormia onde dava e muitas vezes participei dessas manifestações. E esses movimentos tinham líderes que comandavam os encontros e muitas vezes me deram saquinhos cheios de bola de gude, assim como para muitas outras pessoas e determinavam o momento propício para jogarmos nos policiais.

Esses manifestos eram muitos fortes, ajudei inclusive a derrubar a estátua do Suplicy numa universidade de Curitiba, sem ter a menor noção do que estava fazendo. Como adolescente achava legal, muito bacana aquela confusão toda estabelecida no país. E quando vinha a cavalaria da Polícia Militar, os líderes nos mandavam manter silêncio para escutar de onde estava vindo a cavalaria e quando aparecia aquele pelotão enorme, eles gritavam para ficarmos atentos e quando chegavam perto nos mandavam jogar os sacos de bolinhas de gude no asfalto. Ai os cavalos caíam, era soldado para todos os lados, uma verdadeira bagunça.

Nestes movimentos levei algumas cacetadas nas costas e fiquei por muito tempo com marcas, porque naquele tempo os cassetetes não eram de cabo de vassoura, eram de borracha dura. E lembro que estava olhando para um lado, descuidei do outro e um dos soldados me deu uma guascada nas costas que eu me urinei inteiro e fiquei gritando quase meia hora de tanta dor.

Estou falando isso para mostrar como aconteciam esses movimentos e como fui participar deles. E depois, um pouquinho mais jovem, acompanhei esses movimentos e uma coisa que me chama atenção é que muitos daqueles que participaram e lideraram aqueles movimentos falam

que lutaram pelo restabelecimento da democracia no Brasil. E o que me chama atenção é que essas pessoas iam treinar em Cuba ou na Rússia!

Quantas e quantas pessoas escuto hoje dizendo que lutaram pela democracia no país, mas que eram treinadas em Cuba?

Cuba, por acaso, foi algum país democrático? É um país democrático? Estou vendo esses médicos que vêm trabalhar no Brasil, e o passaporte deles é retido. O passaporte deles é retido lá na embaixada. Eles não podem ficar com os passaportes. Aqui paga-se R\$ 10 mil, mas eles recebem R\$ 2 mil. E não têm autorização para deixar Cuba. Quer dizer, a pessoa quer sair do país e não pode. Isso é democracia?

Isso não é democracia, mas o nosso brasileiro ia treinar lá, receber orientação para restabelecer a democracia aqui. É uma coisa muito interessante, pois muitos líderes daquele movimento, daquele tempo, iam treinar na Rússia para instalar no Brasil a democracia.

Então, vejo essas coisas, fico assistindo, porque participei, vi, assisti, e até tinha idealistas neste movimento, tinha pessoas que realmente queriam estabelecer uma democracia nesse país, mas tinha muita gente, muita gente mesmo, que queria, na verdade, estabelecer aqui o comunismo.

Queriam estabelecer e instalar, neste país, o comunismo, esta que é a grande verdade! Mas hoje todo mundo diz que lutou pela democracia no Brasil. Todo mundo! Todo mundo é herói, tem muita gente recebendo indenização porque lutou pela democracia no país, mas é uma grande de uma falácia, e nós sabemos disso. Quem tem mais ou menos a minha idade sabe que isso é uma grande falácia.

Uma boa parte era idealista, uma boa parte era patriota, e uma grande parte, uma boa parte dessa gente queria, na verdade, era instalar o comunismo neste país.

Vejo agora estes movimentos que estamos tendo aqui, inclusive que redundou na morte deste rapaz,

cinematógrafo, e eu fico impressionado, porque foi um cinematógrafo, aí mexeu com a imprensa.

Foi um cinematógrafo, e aí houve esta mobilização no país inteiro, está toda essa mobilização porque foi atingido um elemento da imprensa. Eu queria saber se teria a mesma comoção no país se fosse um policial militar, um soldado que estivesse combatendo, levasse um petardo na cabeça, e tivesse morrido.

Querida saber se haveria a mesma comoção no país, que está havendo com esse rapaz. Claro que lamentamos, e lamentamos profundamente isso. Mas está se chegando à conclusão, agora, e está se investigando que por trás destes movimentos, estas manifestações, que não são manifestações, são pessoas infiltradas nas manifestações, movimento político, e político radical.

São políticos radicais que estão sustentando essa rapaziadinha e que não sabem nem por que estão brigando, por que estão acendendo foguete, como disse esse que acendeu aquele artefato, que pensou que era tipo cabeça de nego.

Entrevistaram e ele disse que acendeu, mas não sabia o que era aquilo, nem sabia que tinha tanto poder, e que imaginou que fosse só um foguete tipo cabeça de nego.

Isso é gente aliciada por segmentos políticos radicais que querem estabelecer o caos no país, como eu vi, como eu assisti em 64 e, um pouquinho mais para frente, assisti de corpo presente. E nós estamos vendo a coisa acontecer novamente, movimentos políticos radicais querendo desestabilizar o país. Essa que é a grande verdade.

E vai dar muito pano para a manga, porque ainda nem chegamos porto da Copa do Mundo, nós ainda vamos ver muita coisa nesse país, com certeza absoluta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, a OAB formalizou perante v.exa. que é um emedebista e v.exa., sim, lutou e continuou no partido que lutou pela democracia neste país.

Eu queria destacar a presença da Derlei, para quem não sabe, mal informado, ela foi torturada durante essa ditadura que, felizmente, já faz 50 anos que se afastou da história do nosso país. Para quem gosta da democracia e para os que não gostam, mas que se dispõe a ser eleito por ela, sr. presidente, em nome dos que verdadeiramente lutaram pela democracia neste país precisamos sempre rememorar esse momento trágico da vida do povo brasileiro e que nunca mais aconteça.

Outras iniciativas como da comissão da Verdade e da Justiça e de outros parlamentares desta Casa, sr. presidente, intencionamos pedir a v.exa. lembrar desta data, dos 50 anos, que v.exa., sr. presidente, reunisse todas as ações em uma ação só porque temos projetos, propostas de sessões nos dias 31, primeiro e oito.

Assim, não faz sentido esta Casa dividir agora nossas forças no momento tão importante para a democracia no Brasil, e quero pedir a v.exa., como presidente da Casa, que conduza este momento e que possamos fazer todos juntos um grande ato na Assembleia, a Casa da democracia, em nome daqueles que tombaram pela democracia no Brasil.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - A deputada não citou o meu nome, mas indiretamente quis dizer ou quem sabe eu não goste de democracia.

Quero dizer que sou uma pessoa que adora a democracia, respeito a democracia e nunca fui comunista na minha vida, nunca me filiei a partido comunista na minha vida. Gosto muito da

democracia, vou defendê-la até o meu último dia de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Srs. deputados, peço a v.exas. compreensão.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, da tribuna o deputado disse que o perigo do Brasil era instalar o comunismo no Brasil. Ele é mal informado do ponto de vista da história, mas atingiu o meu partido, mas nem por isso vim à tribuna dizer. E ele por ser da Mesa não tem direito de usar o microfone da mesa para apartear. Se quiser, que venha para cá para fazermos um bom debate sobre esse tema.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quando v.exa. quiser!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Peço a compreensão dos srs. parlamentares para que os ânimos sejam acalmados.

Deputada Angela Albino, vamo-nos reunir para conversar sobre esse assunto.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0315/2010, de autoria do deputado Antonio Aguiar, que fica assegurado aos deficientes físicos a prioridade de vaga em escola pública próxima de sua residência.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0367/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que determina a afixação de informações de telefones de utilidade

pública em locais públicos e salas de aula da rede pública e privada no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Retiro de pauta o Projeto de Lei Complementar n. 0025/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, bem como também todas as mensagens de veto constantes da pauta hoje, pelo fato de não haver quórum suficiente para a deliberação.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações: n.s.: 0021/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0022/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0023/2014 e 0024/2014, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0026/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0027/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt e 0028/2014, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0030/2014 e 0031/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0032/2014, de autoria do deputado Ciro Roza; 0033/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0034/2014, 0036/2014, 0037/2014, 0038/2014, 0039/2014 e 0040/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0035/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt.

Esta Presidência submete a deliberação do plenário o Requerimento n. 0041/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem solicitando encaminhamento de ofício ao presidente da Fundação do Meio Ambiente

questionando sobre a existência de curso ou de nascentes de água no local da pretendida edificação do empreendimento privado Parque Shopping Criciúma entre outros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0002/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, apelando ao governador do estado pelo repúdio à Portaria n. 1.253, do ministério da Saúde, que restringe o repasse das verbas da união destinadas aos estados e municípios para financiamento de mamografias feitas em mulheres com idade entre 50 e 69 anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0005/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Badesc, solicitando informações referentes ao investimento em propaganda e publicidade nos últimos dois anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0006/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao governador do estado solicitando, por meio deste, ao diretor presidente da Celesc

informações referentes ao motivo das constantes quedas de energia nas comunidades de Linha São Lourenço e Lageado Colônia, no município de Jaborá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com voto favorável do deputado Sargento Amauri Soares.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Regimentalmente se dá o direito aos parlamentares, com as assinaturas das lideranças, de solicitar a suspensão da sessão para que pessoas envolvidas com o desenvolvimento de Santa Catarina, possam se pronunciar na tribuna desta Casa.

Assim sendo, suspendo a presente sessão, por até 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero fazer um registro com respeito a essa apresentação que aqui foi feita pelo Sergio, o presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Joaçaba e Herval d'Oeste, pelo prefeito Rafael Laske, de Joaçaba, cumprimentando-os, bem como toda a comitiva aqui presente: o Eli, o Chico, o Jair e as demais pessoas.

Quero corroborar as palavras que aqui foram ditas. O carnaval de Joaçaba é um dos melhores eventos culturais que acontece não apenas em Santa Catarina, mas no sul do país, amplamente

reconhecido, como aqui ficou demonstrado na apresentação.

Gostaria de parabenizar toda essa movimentação da administração municipal, das lideranças, da Liesjho e de todas as pessoas que estão empenhadas em fazer um grande carnaval em Joaçaba. Quero reforçar o convite que aqui foi feito, desejando que realmente seja um grande carnaval.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero me manifestar sobre o tema da violência contra as mulheres.

(Passa a ler.)

"O último fim de semana em Chapecó ficará marcado para a família da professora Ana Paula Gasparin e da sobrinha de 14 anos, Eduarda Gasparin. As duas passam agora a integrar os dados alarmantes de violência e morte das mulheres no Brasil.

Como na maioria dos casos de morte, o ex-marido é o principal suspeito.

Em Itá, também no fim de semana, uma mulher foi agredida pelo ex-marido e o atual companheiro dela foi assassinado.

Ontem, tivemos mais uma vítima, desta vez em uma propriedade rural de Palmitos. Marivete Gugel Biolchi, de 47 anos, foi assassinada quando saía para trabalhar.

O que mais dói é saber que o número de vítimas da violência continuará crescendo enquanto não tomarmos ações efetivas em defesa dessas mulheres.

Manifesto profunda indignação, uma vez que esse problema não entra agora para os noticiários, mas é recorrente.

Pesquisas comprovam que muitas mulheres apenas registram a ocorrência, e não dão continuidade ao processo, porque muitas mulheres apenas registram a ocorrência e não dão continuidade ao processo, temendo represálias do agressor.

Ainda há os que acreditam que é normal receber ameaças e achar que é só hoje, que amanhã ele vai mudar e que não está falando sério.

Em setembro do ano passado, o Ipea divulgou dados inéditos sobre a violência contra as mulheres no Brasil. Entre 2009 e 2011 foram registrados 16,9 mil homicídios, a maioria tem relação com o companheiro da vítima. São 5,8 casos a cada 100 mil habitantes.

Conforme o mapa da violência de 2012, do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), os cinco municípios catarinenses de maior registro de ocorrência são: em primeiro lugar, Lages; segundo, Mafra; terceiro, Criciúma; quarto, Balneário Camboriú e em quinto, Chapecó.

Precisamos de ações imediatas envolvendo todos os órgãos para que se criem medidas emergenciais de redução da violência, ainda mais que a notícia da morte da professora e sobrinha chega no momento em que Chapecó atinge o pior índice de homicídios, calculando em média uma morte a cada três dias nesses primeiros meses do ano.

As mulheres precisam de orientação, proteção da lei e do amparo do estado, que muitas vezes fica omissivo diante de tantos casos por não ter resguardo legal da nossa legislação.

Nosso estado precisa rever suas estratégias de enfrentamento e combate à violência, em que no contexto atual cada órgão trabalha de forma individual e precisamos integrar toda a rede urgentemente. E faço um apelo como mulher e deputada, ao governador, nós precisamos integrar toda a rede de atendimento desde as delegacias de atendimento à mulher até o juizado de violência doméstica, avançar nas táticas e melhorar os sistemas de monitoramento e combate a esses crimes.

Precisamos implantar também um programa permanente de educação, que se inicie nas famílias, envolva escolas e comunidades. Às vezes, nos perguntamos por que é que tantos jovens e adolescentes não aceitam de forma tranquila o fim de um relacionamento. Que juventude é essa que estamos construindo onde a menina, a mulher, a

namorada é patrimônio seu, como veículo que colocamos onde queremos e que fazemos o que queremos?

Por outro lado, que se fortaleça a segurança pública com políticas de investigação e repressão para prevenir que muitas mortes ainda aconteçam.

Citamos de exemplo o nosso vizinho Rio Grande do Sul, quando aprovou a criação do 'Observa-Mulher RS', que é o sistema integrado que busca agilizar o acesso e atendimento nas áreas da saúde, segurança, justiça e assistência social. Também, a implementação das tornozeleiras eletrônicas, mesmo que muito polêmicas foram aprovadas para monitorar agressores de mulheres e auxiliar na fiscalização das medidas protetivas de urgência.

O governo federal neste ano também trabalhará campanhas de educação, entre elas uma campanha belíssima feita por crianças inclusive aqui da Santa Catarina: 'Quem ama abraça, quem ama respeita' e que pretende engajar crianças, jovens e escolas para a mudança de comportamento frente à violência de gênero.

Santa Catarina já aderiu ao programa do governo federal 'Mulher, viver sem violência' e recebeu duas unidades móveis para atender mulheres em situação de violência nas áreas rurais do estado. O referido programa deverá destinar à construção e reforma de prédios para sediar a casa da mulher brasileira, e Florianópolis está na lista para esse de investimento.

Porém, nós precisamos não apenas aderir a esses programas, mas integrar todas essa rede de atendimento. E volto a insistir, cobrar que o estado invista em educação, prevenção e repressão. Vamos unir forças e trabalhar pelo fim da violência contra a mulher catarinense. Cada vez que uma mulher sofre violência, nós sabemos que crianças a estão presenciando.

Assim, se queremos um mundo mais justo, igual e de paz, passa muito pelo trato, respeito da figura da mulher, que é a mãe e que a responsabilidade de manter a família unida,

agregada, num comportamento que seja digno e saudável para toda sociedade.”

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito para falar é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, vou fazer um pequeno histórico de algo que eu queria falar e infelizmente não comemorar. Vou tentar fazer um alerta e dar explicações.

No dia 07 de fevereiro de 2013, às 10h, eu levava, deputado Sargento Amauri Soares, o recém-empossado prefeito de Joinville, Udo Döhler, para o qual eu tinha perdido a eleição no final de outubro de 2013, para ser o primeiro prefeito a ser atendido pelo presidente do Badesc, para tratar do então programa que iria ser apresentado oficialmente pelo Badesc, com juro zero, para as prefeituras.

O município de Joinville foi habilitado com R\$ 20 milhões, para a pavimentação de ruas.

Deputado Nilson Gonçalves, lembro-me que em uma das reuniões da nossa bancada, o hoje ainda presidente do Badesc, João Paulo Kleinübing, apresentou esse projeto que o governador iria nos próximos dias anunciar. E no mesmo dia em que o Kleinübing apresentou para nós eu perguntei a ele qual era o valor. E ele disse-me que o município de Joinville estava habilitado com R\$ 20 milhões. Na mesma hora liguei para o prefeito Udo Döhler dizendo que teria R\$ 20 milhões e que eu queria levá-lo para sermos o primeiro, porque me lembrei do meu pai quando dizia que quem chega primeiro bebe água limpa. Falei isso para ele. E como era uma extensão para todos os municípios esse financiamento, quem chegasse primeiro conseguiria rapidamente fazer a análise e a evolução dos projetos, a medição, a licitação e começar as obras, para ter o pagamento, afinal de contas estamos falando de R\$ 20 milhões.

Deputado Silvio Dreveck, R\$ 20 milhões é o orçamento do ano em muitos municípios catarinenses. E esse é o dinheiro que o Badesc colocou à disposição do município de Joinville, deputado Nilson Gonçalves. E no dia 07 de fevereiro, e fez um ano, na sexta-feira, levei o prefeito Udo Döhler para o Badesc para arrumar recursos.

Perdi a eleição, mas continuo como deputado e temos que continuar lutando pelo nosso município. Não é porque o meu rival ganhou a eleição que não vou ajudar mais o município. Então o levei exatamente para mostrar isso. Ficamos em uma sala, conversamos com o presidente que colocou como iria ser o projeto, as necessidades que tem. E desde então tenho por hábito acompanhar as minhas indicações, acompanhar as emendas que fazemos aqui, porque às vezes atravanca aqui, fala ali, tem que dar uma forçadinha aqui, uma forçadinha ali, para sair.

Um ano depois pedi para o presidente do Badesc uma informação para saber quais municípios que já receberam os recursos que já tiveram o serviço contratado por esse dinheiro.

O município de Imbuia, deputado Sargento Amauri Soares, sua cidade natal, está com o serviço contratado para o asfaltamento e pavimentação das ruas.

Temos aqui, por exemplo, o município de São Bento do Sul, deputado Silvio Dreveck, sua cidade, que já está contratado o serviço com um empréstimo de R\$ 6,210 milhões para obras de infraestrutura e máquinas. Então, o município de São Bento do Sul vai ter R\$ 6 milhões para fazer esse tipo de ação.

Para Blumenau, deputada Ana Paula Lima, a sua cidade, foi contratado para obras de infraestrutura R\$ 20 milhões, o prefeito da sua cidade, o Napoleão Bernardes Neto, foi rápido e fez a contratação desse dinheiro.

Assim, deputado Nilson Gonçalves, foram 60 municípios beneficiados e 70 projetos.

E a sua cidade Joinville, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. quer saber como está? Assim como eu quero saber, também o deputado Sandro Silva e o

deputado Darci de Matos, enfim, todos queremos saber.

Não achei Joinville nesta relação! Faz um ano que levei o prefeito lá, e até agora, 12 meses depois, se fosse uma criança já estaria sentando, porque uma criança com três meses já fica firmezinha, já está até começando a crescer dentes. E 12 meses depois, deputado Sargento Amauri Soares, tenho a informação de que a prefeitura de Joinville não fez ainda o que deveria fazer para receber o empréstimo. Inclusive, o governador Raimundo Colombo, há um mês, esteve na cidade de Joinville, e estava na sua agenda a assinatura desse programa pelo Badesc, na cidade de Joinville. Na agenda do governador estava agendado que iria assinar R\$ 20 milhões para asfaltamento de ruas. Mas de repente saiu da agenda do governador a assinatura dos R\$ 20 milhões. E fiquei sabendo que o município de Joinville não tinha todas as certidões e estava devendo para o governo federal. Então, por conta disso, o empréstimo foi negado, portanto, o governador não poderia assinar.

Então, colocaram o governador Raimundo Colombo, e não vou dizer numa saia justa, porque não cabe, mas numa calça justa, de ter que colocar na agenda oficial um evento e ter que retirar, porque o município de Joinville não fez a sua parte. E sabem qual era essa parte? Certidão negativa. E o povo de Joinville está perguntando onde está a gestão. Onde está a competência tão falada na campanha eleitoral?

Isso me fez lembrar o prefeito Carlito. Eu e o deputado Darci de Matos, o deputado Nilson Gonçalves, conseguimos R\$ 10 milhões para que ele pudesse asfaltar 17 ruas. Mas o governo Carlito não conseguiu fazer o asfalto de quatro ruas por conta de projetos. E aí diziam que era porque o governo era do PT, que não tinha competência. E agora? Não tiveram competência para tirar uma certidão negativa do município e perderam R\$ 20 milhões.

O governador ficou em situação extremamente difícil, quando anunciou uma assinatura e depois

teve que retirar isso da pauta, porque o município não fez a sua parte.

Eu iria trazer um bolo para comemorar um ano de aniversário. Mas isso não se comemora, isso se lamenta. Lamenta-se profundamente, porque a cidade continua, segundo informações, com 800 quilômetros para serem pavimentados. Existem R\$ 20 milhões para a pavimentação, com esse recurso do Badesc, mas por incompetência do governo Udo Döhler não foi liberado ainda. E quem quiser as provas da incompetência do governo Udo Döhler eu tenho aqui, nos documentos do Badesc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero registrar a presença do prefeito de São Domingos, carinhosamente conhecido como Kiko, que está na nossa capital participando do encontro de prefeitos e veio fazer uma visita a esta Casa. Seja bem-vindo, sr. prefeito.

Venho hoje a esta tribuna, depois que voltamos a assumir a responsabilidade de vice-líder do nosso Partido, haja vista que ontem fizemos uma votação e escolhemos o nosso líder, que é o deputado Neodi Saretta, que terá a responsabilidade de conduzir os trabalhos durante o ano da nossa bancada constituída que é por duas deputadas e cinco deputados estaduais, para falar sobre a duplicação da BR-470.

Enquanto presidente do Fórum Parlamentar Permanente pela Duplicação da BR-470, também tivemos uma atividade na semana passada que foi a visita ao DNIT para ouvirmos as explicações pela morosidade da obra com a participação também de representantes da empresa Sul Catarinense, que recebeu a responsabilidade de fazer a duplicação dos lotes três e quatro.

A duplicação da BR-470 é um sonho da comunidade de Blumenau e do vale do Itajaí. Durante décadas muito se prometeu e pouco se fez. A rodovia, nos anos 90, foi estadualizada e licitada. Inclusive havia uma empresa já contratada para esse serviço, que era a Ecovia, mas infelizmente o trabalho não foi concretizado. E o governo de Santa Catarina decidiu devolver a rodovia para a União, então ela continua sendo uma rodovia federalizada. Diante desse processo de estadualização e federalização houve vários processos na Justiça se arrastaram por quase uma década.

Srs. deputados, pessoalmente acompanhei todos esses processos. E quando houve a decisão do Supremo Tribunal que a rodovia seria de responsabilidade da União começaram as tratativas para duplicação da BR-470. Muitas pessoas ainda se manifestam incrédulas quanto a sua realização. Mas creio que agora podemos visualizar que a obra já começou.

Temos acompanhado diuturnamente como está acontecendo essa mobilização principalmente no trecho três e quatro do município de Gaspar até Indaial. A presidenta Dilma Rousseff quando esteve na nossa região prometeu que uma das questões de honra do seu governo seria o início dessa obra, que tem um prazo para sua realização principalmente do trecho até Navegantes e Indaial de quatro anos.

Todos os quatro trechos da rodovia já foram licitados. Dois trechos, o três e o quatro, de Indaial a Blumenau e de Blumenau a Gaspar já possuem as ordens de serviço e a empresa já está trabalhando.

Como presidente do Fórum Parlamentar Permanente pela Duplicação da BR-470 realizamos na semana passada uma audiência com o superintendente do DNIT, o engenheiro João José, no sentido de buscarmos informações referentes ao cronograma de obras da duplicação. Além do superintendente do DNIT, estavam nessa reunião os deputados Aldo Schneider, Jailson Lima, Sargento Amauri Soares, esta deputada que vos fala e a empresa Sul

Catarinense, responsável pelos lotes três e quatro.

Na reunião, srs. parlamentares, solicitamos a agilidade da abertura da frente de trabalho e fomos informados da complexidade dessa obra da duplicação da rodovia, pois ela passa, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que esteve presente, por uma área de adensamento urbano e requerer uma série de modificações, inclusive algumas que tomamos conhecimento nesta reunião.

Dois problemas precisam ser enfrentados neste primeiro momento. O primeiro se refere às indenizações das pessoas que têm comércio nas margens da BR-470, propriedades, terrenos e casas nas margens da rodovia. É urgente começar esse processo de desapropriação de imóveis que estão na passagem da rodovia.

O segundo problema, que eu acredito que seja mais complexo, trata da remoção da rede de gás, de energia elétrica, das redes de telefonia e das redes de fibra ótica. O mais complexo deles é a remoção da rede de gás. Isso bem falou o nosso superintendente do DNIT e também a empresa Sul Catarinense que está preocupada com essa situação.

Nós vamos precisar, neste momento, de uma atenção muito especial do governo do estado de Santa Catarina para providências que são de responsabilidade do governador e que são relativas principalmente à rede de gás, que trilha grande parte da margem da BR-470. É um trabalho complexo, um trabalho muito caro e de risco, que precisa ser executado o mais rápido possível, porque se não for executado a empresa também não vai conseguir trabalhar.

Em relação aos lotes três e quatro, de Indaial, passando por Blumenau até Gaspar, os trabalhadores já estão atuando, e como é uma obra complexa, as pessoas não entendem que precisa fazer essa primeira etapa do trabalho, que são as roçadas, tirar os arbustos, cuidar da questão da fauna e da flora daquela região, das questões ambientais exigidas pelo Ibama.

Foram então já detalhados e instalados os canteiros de obras que serão no município de Luiz

Alves e Indaial. Foi definida também, no dia de ontem, a empresa responsável pela duplicação do lote dois da BR-470, que é entre o município de Ilhota e Gaspar. O Consórcio Ivaí fará as obras, e esse lote custará na ordem de R\$ 296 milhões.

Quero também salientar que todos os recursos para a duplicação da BR-470, de Navegantes ao município de Indaial, já estão assegurados pela nossa presidente Dilma Rousseff.

O preço desse lote, o lote dois, foi oferecido, e três concorrentes compareceram à reunião na sede da superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura, o nosso DNIT, aqui na capital de Santa Catarina.

O lote dois é o maior lote a ser duplicado. Ele tem a dimensão de 26,26 quilômetros de extensão, e a licença de instalação, que nos preocupava, já foi liberada pelo Ibama, na semana passada. As ordens de serviço deverão ser dadas em breve. São boas notícias, e são inúmeros os desafios, mas vamos continuar acompanhando e informando à nossa sociedade sobre o andamento da duplicação da BR-470.

Eu quero dizer que essa é uma preocupação de todos nós, lideranças políticas, lideranças empresariais, lideranças sindicais, associações de classe, que querem que essa obra seja concluída o mais rápido possível.

Outro assunto que trago, que também é uma preocupação da minha cidade de Blumenau, é o prolongamento da via expressa daquela cidade. Em novembro do ano passado o governador Raimundo Colombo esteve no nosso município autorizando o lançamento do edital de licitação, que vai contratar a empresa responsável pelo início do prolongamento da SC-108, no trecho que vai da BR-470 à vila Itoupava. Uma obra tão esperada há muito tempo por todos os blumenauenses e que também é um corredor de serviço. E a notícia que minha causou estranheza, srs. parlamentares, e volto aqui, para falar sobre este assunto, deputado José Milton Scheffer, até porque meu tempo está se esgotando, é que no apagar das luzes tínhamos colocado esse recurso no orçamento e

votamos na Casa no ano passado. Mas em janeiro deste ano, acompanhando o Diário Oficial do estado de Santa Catarina percebo um decreto do governador retirando esses recursos para o prolongamento dessa via tão importante para minha cidade, para a cidade de Blumenau, a via expressa da SC-108. Causou-me estranheza, srs. parlamentares!

Quero crer que isso foi um erro, estou acreditando nisso, deputado José Milton Scheffer. E na tarde de ontem aprovamos nesta Casa um indicação para que o governador do estado então coloque novamente no orçamento esses recursos, porque Blumenau está esperando isso há muito tempo e foi promessa do governador Raimundo Colombo, inclusive com lideranças políticas empresariais da nossa cidade que iríamos licitar essa obra este ano, mas só podemos licitar se o recurso for garantido no orçamento, e pelo jeito foi tirado do orçamento, e nós não vamos ficar quietos.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero registrar a presença do prefeito Sandro Roberto Maciel, do município de Araranguá, que faz uma visita a este Parlamento.

Seja muito bem-vindo, prefeito Sandro Roberto Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -

Em nome da Casa, também lhe desejamos uma boa estada em Florianópolis.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado sr. presidente, cara deputada, sr. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital ou aqui na tarde desta quarta-feira.

Inscrevi-me para fazer o debate ou participar do debate que o deputado Kennedy Nunes trouxe a esta tribuna a respeito do transporte coletivo que

falava especificamente da cidade de Joinville e fazia uma comparação com a cidade de Florianópolis.

Quero dizer que concordo com o conteúdo do deputado Kennedy Nunes quando dizia que o poder público precisa, sim, subsidiar, incentivar o transporte coletivo. Aliás, penso que o poder público deveria constituir empresa pública de transporte coletivo, inclusive para mostrar que pode ser melhor e precisa ser mais barato. Aliás, defendo que seja gratuito assim como a saúde e a educação é um direito essencial da população que é a forma da pessoa ou aquela sem recursos financeiros terem acesso à cidade, sair de casa para procurar emprego.

Mas no Brasil infelizmente, embora seja uma concessão pública, o transporte coletivo é abocanhado por mais um setor da economia para que alguns empresários ganhem dinheiro com aquilo que deveria ser um serviço essencial.

Ele falava e parabenizava o prefeito Cesar Souza Junior sobre a licitação em Florianópolis e daí queria fazer ressalvas acerca do discurso do deputado Kennedy Nunes. Que bom que vai ter ar-condicionado, que bom que vai reduzir dez centavos, ou melhor, no vernáculo mais correto, dez centavos de reais numa passagem de R\$ 3,00. Então, não chega a 10%, é bem menos.

Mas continuar lamentando, por exemplo, na licitação de Florianópolis só as mesmas empresas que já atuavam se inscreveram, aliás, não são as mesmas empresas, o termo econômico correto é um consórcio de empresas que inclusive já está combinado o jogo há várias décadas nesta capital, ou nesta Grande Florianópolis. Era promessa de um prefeito três meses atrás, não do atual prefeito.

Então, a caixa preta continua fechada.

Curiosamente no dia seguinte ao término do processo licitatório o representante de uma das empresas dizia que em muitos lugares, em muitos horários, dá de acoplar linhas, para que não tenha repetição de linha, de repente, passando em ruas próximas. Então, significa dizer que vão baixar R\$ 0,10, mas estão vendo a forma de aumentar a

pressão dentro dessa lata de sardinha a que se referia o deputado Kennedy Nunes, aqui em Florianópolis.

Se até aqui tem seis passageiros por metro quadrado no ônibus, agora, com ar condicionado, talvez eles coloquem 14. Pelo menos na cabeça vai pegar um ventinho e talvez no pé, porque um dos discursos do representante das empresas foi esse, dá para acoplar, dá de ajustar algumas linhas.

No meu bairro tem o Jardim Zanellato, em São José, e a uma quadra temos o Jardim Araucária. Lá temos os dois ônibus, e talvez queiram fazer um só, como já queriam há tempos atrás, mas nós da comunidade fizemos um levante e não deixamos. Se ele já vem superlotado tendo o Jardim Zanellato e o Jardim Araucária, imagina se ele tiver que dar a volta para pegar nos dois loteamentos.

Mas concordo com o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes acerca da necessidade do poder público abraçar, abarcar o transporte coletivo, porque se fala de R\$ 0,10 de subsídio como se fosse um crime. Os grandes meios de comunicação, as autoridades municipais, falam de alguns centavos de subsídio ao transporte coletivo como se fosse um atentado à economia. E nenhum deles fala dos milhões e bilhões de subsídio e outras vantagens que o poder público estatal nas três esferas, federal, municipal e estadual, dá aos monopólios do carro.

Aí não é um crime contra a economia e a liberdade econômica meter R\$ 500 milhões (estou pensando numa palavra que seja aceitável nesse microfone) para que a BMW se instale em Araquari, porque vai gerar emprego. Mas emprego sem garantia de aposentadoria. São R\$ 500 milhões de cara, fora as isenções que vêm da esfera federal. Mas falar em subsidiar o transporte do trabalhador e do estudante em R\$ 0,10 vai acabar o mundo, e vamos virar comunistas no dia seguinte.

O deputado citava países europeus que pagam 60% de subsídio ao transporte coletivo. Aqui tem uma guerra enorme contra os 50% dos estudantes. Aliás, ia aplaudir, pois não sei qual o representante sindical que disse que a sociedade

tem que pagar. Já ouvi alguém dizer que o que o estudante não paga o trabalhador que pague. Bolas, nem o estudante nem o povo trabalhador têm que pagar. Deve ser através de incentivo, sim, do poder público e comigo dizendo, que defendo mesmo, estaria e estará no programa que eu defendo para governo do estado, para governo municipal e para governo federal a construção, a criação de empresa pública de transporte coletivo, rodoviário, marítimo, para mostrar que a população não pode ficar refém de meia dúzia de empresários consorciados que massacram o povo nesta cidade.

Mas, deputado Nilson Gonçalves, não poderia deixar de me referir ao seu pronunciamento na tarde de hoje, inclusive porque sou militar e considero que a ditadura civil militar brasileira foi um crime de lesa-humanidade. O argumento de que tinha o perigo dos comunistas foi usado de 1961 até 1964 para fabricar o golpe com especialistas de outros países, segundo os interesses econômicos do imperialismo, do monopólio dos Estados Unidos instalados aqui, através da indústria automobilística, através de agentes de espionagem de informação. E hoje existe documentação, inclusive farta, mostrando como os Estados Unidos participaram da elaboração e da construção do golpe de 1960 neste país. Mas usaram o argumento de que havia o perigo do comunismo. Ora, o João Goulart não era comunista, o Brizola não era comunista e morreu em 2004 não sendo comunista. Mas se argumentou isso.

Queria dizer que este militante que aqui fala é comunista. E, pela Constituição brasileira, desde 1988, felizmente não é mais crime ser comunista. Pelo contrário, o patrulhamento ideológico é crime pela Constituição de 1988.

Precisamos continuar fazendo esse debate nesta tribuna, porque é importante que não esqueçamos o que aconteceu. Que juntos possamos nos organizar para que nunca mais isso volte a acontecer.

Os militares democratas contrários ao golpe foram as primeiras vítimas, inclusive a primeira pessoa assassinada pela ditadura foi o militar do Rio Grande do Sul. Até hoje, os 5.700 militares

que se manifestaram contra o golpe não foram anistiados, porque lá na caserna a dita é mais dura, e até hoje os generais, os almirantes e os brigadeiros brasileiros não permitiram que nenhum governo anistiasse os militares que se posicionaram de forma contrária ao golpe. Então, que continuemos esse debate neste plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves)- Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.